

Política

— CRISE —

Os ministros da linha de frente do Planalto insistem: a ordem é votar. Ninguém está autorizado a negociar com os parlamentaristas. Mas o ministro do Exército discorda: para evitar uma campanha eleitoral este ano vale tudo. Até o parlamentarismo.

O general só não quer eleições este ano

"O que importa é evitar eleição este ano. Se o parlamentarismo é uma forma, tudo bem" — a frase foi dita ontem pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, ao deputado José Geraldo. Mas esta parece não ser a posição do maior interessado na questão: o presidente Sarney. Segundo ministros que participaram de reunião no Palácio da Alvorada, "este negócio de acordo é com o doutor Ulysses e não com o doutor Sarney". E neste ponto também há divergências: Ulysses saiu satisfeito de uma reunião convocada pelo ministro da Justiça, na qual Paulo Brossard lhe garantiu que da parte de Sarney não há intransigência quanto ao sistema de governo.

Segundo relato feito pelo deputado José Geraldo (PMDB-MG), ao sair de audiência com o ministro do Exército, o general Leônidas Pires Gonçalves continua presidencialista convicto, mas aceita o parlamentarismo se isso significar a não realização de eleições presidenciais neste ano. O ministro acredita, segundo confidências de José Geraldo, que os constituintes saberão decidir pelo melhor para o Brasil que ele considera ser no momento, o parlamentarismo com cinco anos para Sarney.

Mas, segundo o ministro Prisco Viana, da Habitação, o presidente não está aberto a negociação. Dizer que ele aceita uma proposta parlamentarista em troca dos cinco anos é um desrespeito ao presidente. Prisco Viana tam-

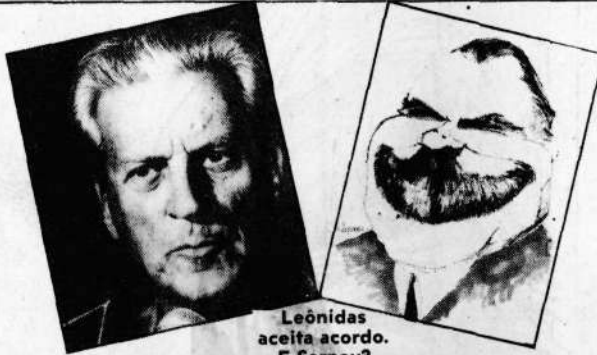
bém garantiu que Sarney não autorizou nenhum ministro a negociar outra solução que não seja na direção do presidencialismo com mandato de cinco anos.

Bater chapa

"Teremos margem de vitória significativa tanto no tocante ao presidencialismo quanto no mandato de cinco anos" — foi essa a informação dada pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, ao presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, durante reunião com ministros de Estado. Ao final do encontro, a posição do Planalto era a mesma dos últimos dias: os presidencialistas devem "bater chapa" com os parlamentaristas — decidir no voto.

Segundo um dos mais influentes ministros que participaram do encontro com Sarney, o Planalto acredita na vitória do presidencialismo em plenário. Se não for alcançado quórum na votação de terça-feira, outra sessão será feita 24 horas depois. Os ausentes ou indecisos serão devidamente "convencidos" a votar de acordo com a posição do presidente Sarney, disse o ministro.

"Vamos ganhar e a vitória não vai ser apertada nem sofrida", disse Carlos Sant'Anna, descartando também a possibilidade de acordo com os parlamentaristas: — A imprensa falou muito em conversas, entendimentos, acordo. Mas há um dado curioso. Não houve, em nenhum momento, nenhum grupo ou pessoa autorizada, seja do grupo presidencialista seja do grupo parlamentarista, que



Leônidas aceita acordo. E Sarney?

procurasse o outro para uma conversa confiável. Houve, é claro, diálogo isolado de companheiros. Não houve nenhuma tentativa de acordo — disse Sant'Anna.

O deputado revelou que "esperava que o presidente Ulysses Guimarães pudesse estabelecer essa ponte entre os dois grupos. Houve mesmo um dado instantâneo em que ficou a impressão de que ele tomara essa iniciativa. Mas recuou. Não sei se por falta de respaldo dos parlamentaristas. O certo é que ele recuou. Vamos, então, bater chapa", disse.

Há acordo?

Se depender da boa vontade do Planalto, o chamado acordão já nasceu morto. Inclusive, segundo um dos ministros que participaram da reunião no Alvorada, o presidente "sentiu-se meio constrangido e acanhado" ao saber da iniciativa do ministro Paulo Brossard de promover encontro, em seu gabinete, com os presidentes

do PMDB, do PFL, do PDS e do PTB, para examinar possível solução para a votação do sistema de governo.

Alguns ministros lembraram, até, que entre os partidos que não foram convidados por Brossard estavam o PL, o PT e o PDT, que são presidencialistas e deverão votar contra o parlamentarismo. Foi registrado também que na reunião no Ministério da Justiça "o único parlamentarista por convicção era o Brossard" (Marco Maciel, do PFL; Jarbas Passarinho, do PDS; Paiva Muniz, do PTB; e Ulysses Guimarães, do PMDB, são presidencialistas, apesar de Ulysses ser apontado como o articulador da tese do parlamentarismo com cinco anos).

"A preocupação do presidente Sarney não é impor soluções, mas, antes, buscar soluções que assegurem a paz, a tranquilidade e o desenvolvimento do País", disse o ministro Brossard aos quatro presidentes partidários em seu

gabinete. A saída, Ulysses Guimarães reafirmou que a Constituinte "é soberana e, sendo soberana, o que for escrito será no sentido de servir à Nação e à sociedade".

Para o ministro da Justiça, a negociação é imanente ao processo político, mas não foi incisivo ao responder se fora iniciado um novo processo de negociações com os quatro presidentes de partidos. Para ele, a negociação nunca acaba, porque é permanente. Já Ulysses passou a idéia de tranquilidade, refutando a palavra impasse. Para o presidente do PMDB e da Constituinte, foi extremamente importante a declaração do presidente Sarney, através do ministro Brossard, de que não há de sua parte intransigência quanto ao sistema de governo. O presidente do PFL, Marco Maciel, disse que não está fechada a posição quanto ao sistema de governo porque o acordo não é fácil. Jarbas Passarinho, presidente do PDS, disse que Brossard não trouxe nenhuma proposta do governo, mas transmitiu que este respeita a soberania da Constituinte.

Encerrada a reunião, o ministro da Justiça telefonou para os líderes do governo no Senado, Saldanha Derzi, e na Câmara, Carlos Sant'Anna, e ao chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes. Em seguida, foi pessoalmente levar o resultado ao presidente Sarney, que se reunia, neste momento, no Palácio da Alvorada, com o grupo de frente do governo na batalha pelos cinco anos com presidencialismo: os ministros Ronal-

do Costa Couto, do Gabinete Civil; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Prisco Viana, da Habitação; Borges da Silveira, da Saúde; e Iris Rezende, da Agricultura.

Trocar de camisa

De sua parte, o deputado Ulysses Guimarães admitiu, ontem, pela primeira vez, que a proposta do parlamentarismo com cinco anos está crescendo na Constituinte. Segundo ele, a tese "está se configurando como uma conciliação entre o estrutural, ou o que vai ficar permanentemente na Constituição — sistema de governo e mandato dos demais presidentes — e entre o conjuntural, que é o mandato do presidente Sarney".

Segundo Ulysses, mudar o atual regime "não é o mesmo que trocar de camisa. É um problema que deve ser meditado". Ao mesmo tempo, lembrou que existe a situação atual, "na qual temos um presidente da República, o presidente Sarney, que tem um mandato conhecido, o que também é um dado importante". Para ele, deve-se unir o permanente e o conjuntural na análise de uma negociação.

— Parece que se avoluma a inclinação na Constituinte pelo parlamentarismo e há um processo de aproximação e eliminação. Aproximação de alternativas e consequente eliminação de outras para se chegar a uma forma representada pela maioria e que tranquilize a Nação quanto à decisão tomada —, disse.



Brossard, Ulysses e Maciel: discutindo o sistema.

Para os líderes do PMDB, está difícil aceitar o "acordão".

Os líderes do PMDB não estão acreditando na eventual aceitação do chamado "acordão" — parlamentarismo com mandato de cinco anos para Sarney — pelo Palácio do Planalto. Um deles observou que até agora não se manifestaram "os que realmente têm influência junto ao presidente da República", como os ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana e o consultor-geral Saulo Ramos.

Entendem os líderes e dirigentes peemedebistas que uma coisa é Paulo Brossard e outros ministros "menos duros" admitirem que o governo poderia aceitar o parlamentarismo com cinco anos para o presidente e outra coisa, muito diferente, é conhecer a posição de Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana e Saulo Ramos, "que jogam duro". Esses três têm dito que o Planalto não abre mão de dois pontos básicos — presidencialismo e mandato de cinco anos —, e até agora nenhum deles mudou de opinião.

Se há os "duros" de um lado, há também do outro. Os senadores Mário Covas e José Richa e os deputados Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, Antônio Brito, Miro Teixeira, Paulo Macarini, Fernando Lyra e muitos outros estão trabalhando contra o possível acordo dos moderados a favor do parlamentarismo com eleições somente em 89. "Não apóio, não voto e trabalho contra" — disse Covas. E acrescentou: "Não estou sendo intransigente, muito menos radical. Estou sendo coerente, com o partido e com a opinião pública".

Um ano a mais. Ou menos...

O líder do PMDB na Constituinte afirmou que não precisa de outro argumento para votar a favor de mandato de quatro anos para Sarney do que a posição de mais de 90% da opinião pública, a favor de eleições neste ano.

Já o senador Fernando Henrique Cardoso entende que o fundamental é aprovar o parlamentarismo, "pois um ano a menos ou a mais para Sarney não tem muita importância".

O deputado mineiro José Geraldo, até recentemente defensor do presidencialismo, está conversando com líderes e parlamentares do seu partido, tentando con-

vencê-los de que a aprovação do parlamentarismo com mandato de cinco anos poderá implicar na imediata vigência do sistema — o que provocaria mudanças substanciais no governo Sarney.

De outro lado, o Centrão está dividido entre parlamentarismo e presidencialismo mas, em sua maioria, apóia o mandato de cinco anos para o presidente Sarney. O deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) classificou o acordo que está sendo proposto de parlamentarismo com cinco anos como "casuístico de um partido que detém hoje o poder e não quer abandoná-lo de forma alguma". Já o deputado Afif Domingos (PL-SP), que é presidencialista mas defende os quatro anos para Sarney, ressalta que sempre foi intenção do PMDB evitar eleições este ano, mas o partido não tinha coragem de assumir esta posição e agora, com o pretexto do parlamentarismo, luta por este acordo para prorrogar sua manutenção no poder.

Como se muda de camisa

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) vê com muitas reservas a possibilidade desse acordo, porque acredita que ele mostra a fragilidade das concepções institucionais do Parlamento. "Hoje se troca de posição, de presidencialismo para parlamentarismo como se muda de camisa e isto demonstra o baixo grau de politização que existe em nosso país". O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) considera este acordo "a maior traição ao povo brasileiro" que, na sua opinião, nunca mais vai votar para presidente. Acrescentou que acha ser este um ato de legítima defesa do PMDB que não quer largar o poder e sabe que, se houver eleições este ano, perderá fragorosamente.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) afirmou ter muito receio da implantação do parlamentarismo no País, porque a experiência anterior foi desastrosa. Ele acredita ainda que o País não possui infra-estrutura política para implantação desse tipo de sistema de governo. Ele disse ser presidencialista por convicção, e admitiu até que as circunstâncias mostrem que o parlamentarismo, a esta altura, seja a melhor solução, mas afirmou que não mudaria de posição.